

PROJETO ALUNO ESPECIAL II: UM PROGRAMA NA UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE*

*IDENÉIA SILVEIRA DOS SANTOS***

Este trabalho versa sobre a avaliação das atividades desenvolvidas dentro do Projeto Aluno Especial II (PAE II), do Núcleo Integrado de Apoio à Terceira Idade (NIEATI), integrado ao Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria – RS, destinado a pessoas acima de 55 anos, sem exigência de escolaridade e avaliação do processo, envolvendo onze professores e quatro coordenadores. Examinam-se algumas dificuldades pedagógicas, apontadas pelos entrevistados, para a realização do Projeto e, ao mesmo tempo, sugerem-se algumas alternativas possíveis para uma melhor execução e continuidade da proposta.

* O presente artigo está baseado em dados da pesquisa “A Universidade Aberta para a Terceira Idade: projeto aluno especial II (UFSM)”, da autora, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Solange Maria Longhi, apresentado na Universidade de Passo Fundo – RS.

** Professora da Área de Ciências Humanas do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (RS).

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Universidade Aberta de Terceira Idade surgiu como resposta à necessidade de possibilitar a inclusão de um tipo de aluno que fora simplesmente relegado ao esquecimento. Um dos desafios atuais é a garantia de uma prática educacional que apresente projetos e programas que levem em conta um atendimento diferenciado daquele destinado a crianças, adolescentes e jovens.

O que chama a atenção é que a Universidade foi invadida por uma população idosa, ansiosa por usufruir de privilégios e oportunidades antes reservados para os jovens. A “velhice”, que durante muito tempo foi considerada um problema para as famílias ou associações filantrópicas, transforma-se, hoje, em uma questão pública.

O acesso dessa nova clientela, desde a década de 70, está desafiando o saber e o poder, exigindo uma reflexão sobre um novo sentido da prática, forçando o pensamento educacional a rever-se. Nota-se uma tendência crescente, não só no Brasil, no final da década de 90, de muitos estudos e pesquisas que fornecem elementos valiosos sobre a problemática do envelhecimento.

A participação ativa do “velho”, como tradicionalmente é identificado, significa que ele deseja estar mais educado e escolarizado, e não quer mais, por um lado, ser um sujeito passivo e, por outro, quer estar mais presente na construção da sociedade, aprendendo novos saberes e aprofundando conhecimentos.

É mister ressaltar que não cabe mais ao pequeno círculo de especialistas em Geriatria e Gerontologia repensar a velhice, mas principalmente às Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas.

Este trabalho descreve especificamente o resultado das entrevistas com professores e coordenadores de cursos, ligados ao Projeto Aluno Especial II (PAE II), que a Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM) vem realizando desde 1992, coordenado pelo Núcleo Integrado de Apoio à Terceira Idade - NIEATI, do Centro de Educação Física. O objeto de discussão são depoimentos que levam a considerar a execução da Resolução 0011/92, da UFSM-RS, que regulamenta a matrícula do Aluno Especial II (AE II), identificando algumas de suas características importantes e dificuldades encontradas por parte dos professores e coordenadores, no desenvolvimento das ações pedagógicas.

UM BREVE HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES ABERTAS

Em 1973, segundo Liberato (1996), Pierre Vellas iniciou o movimento das chamadas Universidades da Terceira Idade, na Faculdade de Ciências

Sociais da Universidade de Toulouse, na França, inaugurando uma nova era no Ensino Superior.

Em 1975, na Suíça, nasceu a Fondation de L'Université du 3^a. Age UNI 3, seguindo o modelo da primeira universidade. A expansão da rede de universidades, provocada pela afluência de contingentes cada vez maiores de idosos, tomou um grande impulso: em 1976, em Osaka, Japão; em 1977, na Áustria, nas universidades de Gratz e Salsburg; em 1979, na Inglaterra, em Israel, na ex-União Soviética e na Alemanha; a partir dos anos 80, nos Estados Unidos e na Suíça, nas universidades de Genebra e de Zurique.

No Brasil, em 1977, a exemplo do que ocorria com outros países, as primeiras iniciativas surgiram no SESC de Campinas – São Paulo, com a criação da **Escola Aberta da Terceira Idade**.

A essa experiência seguiram-se, na década de 80, vários projetos importantes, realizados em instituições de ensino superior, objetivando melhorar a qualidade de vida dos idosos, tendo em vista uma renovação educacional. Após a identificação de algumas instituições, resumidamente, tem-se o seguinte quadro:

- Em 1982, a Universidade Federal de Santa Catarina criou o Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI e, em 1990, abriu efetivamente um novo espaço para a formação de técnicos na área de gerontologia.
- No Rio Grande do Sul, em 1984, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM consolidou a criação, pelo NIEATI (Núcleo Integrado de Apoio à Terceira Idade), do GAFTI (Grupo de Atividades Físicas para a Terceira Idade). A partir de 1992, efetivou-se o **Projeto Aluno Especial II**, abrangendo, inicialmente, 116 alunos.
- Em 1996, ao lado dessas instituições, fez parte desse desafio, no RS, a Faculdade da Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo – UPF, desempenhando importante papel na formação de Especialistas em Gerontologia Social.

A partir dos anos 90, algumas das maiores universidades brasileiras criaram programas a fim de oferecer um espaço de vivência grupal com atividades culturais e de ensino para pessoas que não tiveram oportunidade ou tempo disponível no passado. Entre elas citam-se: PUC – Campinas; Universidade Federal de Juiz de Fora; UNISANTOS – São Paulo; UNIVAP – São José dos Campos, e UNATI – Rio de Janeiro, entre outras.

A par desses dados, verifica-se um esforço muito grande das universidades públicas e privadas em desempenhar papel preponderante na eficácia do planejamento e avaliação desse Programa, considerado um novo modelo de ensino-aprendizagem.

PROJETO ALUNO ESPECIAL II: UM PROGRAMA NA UNIVERSIDADE PARA A
TERCEIRA IDADE

A partir das disposições legais expedidas pela UFSM, o NIEATI, responsável pelo Projeto Aluno Especial II, no Centro de Educação Física e Desporto, passou a assumir um esforço coletivo para desenvolver a sociabilidade, o aprendizado cultural e a participação dos indivíduos que se sentiam “improdutivos”, “solitários” e que resolveram redescobrir o valor de existir, com “saldo de vagas em disciplinas (...)” (art. 3º, Res. 0011/92 - UFSM).

Em 1998, primeiro semestre, o Projeto Aluno Especial II foi procurado por 121 alunos, distribuídos em diversos cursos, matriculados em uma, duas ou três disciplinas, de acordo com o seu interesse e tempo disponível para investirem na sua melhor qualidade de vida.

Num mundo em acelerado processo de globalização, de modo geral, a área da educação apresenta-se cada vez mais como um espaço de qualidade na vida das pessoas. Alguns autores chamam a atenção para a busca de princípios visando à educação continuada.

Faure (1977, p. 271-3) indica, por exemplo, dois princípios:

Todo o indivíduo deve ter a possibilidade de aprender durante a vida inteira: a idéia de educação permanente é a pedra angular da cidade Educativa.
Restituir à educação as dimensões da existência vivida, redistribuindo o ensino no tempo e no espaço.

Assim, o desejo de conhecer, de estar atualizado, é motivo para que a educação passe a ser compreendida como um processo do crescimento do ser humano em qualquer idade. “A educação é vida e a vida, a educação.” (FAURE, 1977, p. 276)

Pinto (1989) dizia, ao descrever a função da educação permanente, que, quanto mais educado, mais necessita o homem educar-se e, portanto, exige educação. Lahud (1994) fez um estudo com o principal propósito de refletir sobre a dinâmica da interação do velho no processo ensino-aprendizagem. A propósito, em relação a essa questão destaca: “O idoso precisa ser respeitado e ter oportunidade de ocupar espaços nos quais tem plena condição de dar e receber, longe de posturas estereotipadas e preconceituosas” (p. 68).

Tomando-se o conjunto das informações citadas anteriormente, trata-se de evitar a possibilidade de uma prática pedagógica dicotomizada que desconsidera a manifestação sobre a pedagogia do adulto. Do ponto de vista pedagógico, o educador precisa saber que o adulto:

- quer ser tratado como educando maduro, por já ter passado ou ainda estar passando por diversas etapas emocionais;

- pode sentir-se tímido ao estar com outras pessoas que possuam um nível mais elevado de educação;
- tem temor à competição numa situação de aprendizagem (GIUBELI, 1993, p. 12).

Conforme escreve Giubeli (1993, p. 13), “não deverá o educador dar os conhecimentos já digeridos, senão que o próprio aluno é quem os conquistará, depois de havê-los mastigado”. É preciso considerar, além disso, que a educação é uma questão de sobrevivência para os adultos, porém, isso não é o suficiente:

A atenção dos educadores de adultos deve fazer-se de modo a proporcionar uma relação educativa, democrática, pluralista e participativa que sugere a dicotomia professor – aluno, eliminando a tendência de que o professor seja o eixo central do processo educativo e o aluno relegado a um mero receptor. (GIUBELI, 1993, p. 14)

Trata-se de compreender que o adulto é um sujeito que deve e pode estar integrado, interagindo com o meio no qual se encontra, acompanhado pelo professor, principalmente, que estará atento ao seu crescimento pessoal. Na mudança para uma nova metodologia, a prática educacional passa a ter sentido na medida em que auxilia o aluno e o professor a tornar a aprendizagem significativa e qualitativamente melhor. Afirma Murray (apud MARQUES, 1980, p. 25): “a força da motivação é, provavelmente, a variável chave para a procura e permanência na educação continuada”. Desse modo, a relação professor – aluno, em sala de aula, implica, segundo Bergevin (apud MARQUES, 1980, p. 23), mediar a possibilidade do aluno até que alcance um grau de satisfação e significado de vida, entenda a si mesmo, seus talentos, suas limitações e suas relações com as outras pessoas, e que reconheça e entenda a necessidade de aprendizagem continuada ou permanente.

Indubitavelmente “a universidade não só assume sua vocação enquanto instituição produtora e difusora do saber como abre horizontes para acolher e assimilar traços de uma cultura que não está em livros ou em tão poucos documentos, dado que sua construção remete à experiência vivida” (OLIVEIRA, 1996, p. 6).

De acordo com Veras (1996, p. 389), os programas de intervenção educativa, devido ao seu vínculo com as universidades,

trazem pessoas idosas para o **campus**, onde obviamente entram em contato cotidiano com milhares de pessoas

PROJETO ALUNO ESPECIAL II: UM PROGRAMA NA UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE

mais jovens. Isso significa uma tentativa particularmente importante de reduzir a discrepância de valores e idéias que causa tensão entre as diferentes gerações.

E, segundo Neto (1996, p. 41),

(...) a criação das universidades representou uma oportunidade sem igual para fazer os idosos se reencontrarem, redescobrir o seu potencial, e se perceberem como seres humanos que podiam e deviam se valorizar como cidadãos ativos e participantes (...).

Nesse sentido, as Universidades Abertas são o melhor caminho para buscar a qualidade em dois planos:

No plano pessoal, o destaque é para a possibilidade que as pessoas têm de melhorar a auto-imagem, retomar a auto-estima e obter um relacionamento familiar a um nível mais elevado; o que leva os alunos sempre a falar num reviver, num renascer.

No plano coletivo, as Universidades Abertas representam a criação de um espaço de participação, onde o bem-estar com a vida e com a idade passam a ser vividos coletivamente (...) (NETO, 1998, p. 43).

Conseqüentemente, para atingir essas metas são necessárias constantes adaptações, de modo a permitir uma convivência honesta, respeitosa, comprometida, na qual o foco principal está em satisfazer a todos os envolvidos.

PRINCIPAIS ASPECTOS DESTACADOS A PARTIR DAS ENTREVISTAS REALIZADAS¹

A população de alunos estudada é composta por 60% de mulheres e 40% de homens. A faixa etária predominante fica entre 60 e 86 anos. Com relação ao estado civil a grande maioria é (60%) de casados e (32%) de viúvos, apresentando um percentual muito pouco expressivo (8%) de separados. Sobre o grau de escolaridade, são estes os percentuais: 15% com o antigo curso primário, completo e incompleto; 4% com escolaridade ginásial

¹ Por se tratar de uma pesquisa realizada em 1998, na UFSM, não serão demonstrados outros registros numéricos ou emitidos comentários em relação aos levantamentos estatísticos que se refiram ao conteúdo das entrevistas dos alunos.

(LDB 4024/61); 3% aprenderam a ler e escrever sem freqüentar a escola; 2% têm o ciclo colegial do ensino médio (LDB 4024/61), e apenas um cursou o Técnico em Artes Gráficas.

O maior contingente do alunado (40%) ingressou no Projeto Aluno Especial II entre 1993 e 1995; 28,6% participaram desde 1992, início do projeto na UFSM; 16% em 1997 e, em percentuais idênticos, de 15,4%, desde 1994 e 1996.

A distribuição do tempo, pelas diferentes disciplinas do currículo dos cursos da UFSM, se restringe a: 77% freqüentam três vezes por semana; 14%, uma vez por semana, e uma minoria de 9%, duas vezes por semana.

Todavia, parece que um enorme contingente de pessoas adultas e idosas, com tempo disponível, aceitou o desafio da UFSM. O tempo, porém, não pára e

(...) a multiplicação das possibilidades que tornam a dar novas chances aos indivíduos, tanto a fim de corrigir progressivamente as desigualdades devidas às diferenças de escolarização, quanto de ajudar aos indivíduos que descobriram tardiamente seus interesses e suas possibilidades. (FURTER, 1998, p. 91)

Optou-se aqui por apenas registrar os depoimentos dos professores e coordenadores que pudessem oferecer subsídios para um melhor entendimento do que seja o PAE II. Antes, porém, é importante colocar que, dentro das exigências da Res. 0011/92, no art. 1º, parágrafo único, letra a, os alunos “(...) não estarão sujeitos à avaliação e freqüências regimentais (...)” e “(...) só terão direito a certificado de participação na(s) disciplina(s), fornecido pelo DERCA, os alunos que apresentarem 75% de assistência às aulas” (Parágrafo único, letra b).

Desse modo, é suficiente que os candidatos “comprovem a idade mínima de 55 anos na data da matrícula, independentemente de prova de escolaridade (...)” (Res. 0011/92, Parágrafo único). Como diz Rodrigues (1993, p. 49): “A motivação é extremamente importante. Deve partir dos desejos e interesse do idoso”. Sendo o idoso portador de experiências já incorporadas na sua história de vida, Neto (1996, p. 43), conhecedor do assunto, comenta: “(...) embora não haja provas, nem exames, nem trabalhos, na realidade o que nós vemos é que o currículo fornece perfeitamente elementos capazes de fazer as pessoas tomarem consciência da sua situação de exercitarem sua cidadania (...)”.

A OPINIÃO DOS PROFESSORES

Para ilustrar o que afirmaram, foram registrados depoimentos de professores entrevistados que lecionam aos alunos do PAE II, nos diferentes cursos da UFSM.

Durante as entrevistas as opiniões dos professores foram as mais diversas possíveis. De qualquer forma consideram o PAE II:

“Para os participantes (alunos) é algo excelente, tanto do ponto de vista intelectual como do ocupacional”.

“Em geral trata-se, entre outros aspectos, de um modo de trazer a pessoa mais idosa para o seio de uma comunidade mais jovem. Parece que tal procedimento fornece um alento à vida, pelo menos aparentemente, aumentando sua auto-estima” (Geociências).

“Vejo com muito agrado, pois se está dando importância a pessoas que, na sua avançada idade, não vêm merecendo a necessária e devida atenção” (Direito Administrativo).

“Uma ótima iniciativa” (Desenho).

“Vejo como algo muito positivo na integração e convívio do idoso com o jovem. O jovem só tem a ganhar com isso” (Ateliê de Desenho em Metal).

“Uma forma de valorizar o ser humano, de satisfazer a necessidade de aprendizagem permanente” (Produção e Técnicas de Sementes).

“Mesmo não conhecendo as bases fundamentais do Projeto, acato-o como uma estratégia possibilitadora de mudanças na prática pedagógica, a qual tradicionalmente refuta o saber popular das elaborações que emergem do conhecimento erudito tecido na academia” (Políticas de Saúde).

“Vejo como uma proposta altamente positiva. É algo que caminha em consonância com a emergência da criação de trabalhos com uma faixa etária que está, de forma crescente, sendo considerada um foco de atenção da sociedade, uma vez que a expectativa de vida da população aumenta a cada ano, exigindo iniciativas que contemplem a inserção social desses indivíduos” (Met. da Assistência de Enfermagem).

Um deles acredita que “os alunos especiais desse Projeto deveriam ter um nível cultural mínimo, tendo cursado o Ensino Médio. Essa condição é primordial para que os mesmos possam se sentir, na verdade, realizados no alcance de seus objetivos de vida” (Parasitologia B).

Apenas dois responderam: “Eu ouvia falar no Projeto, mas não prestava atenção e só soube que teria estes alunos quando já vieram para assistir às aulas” (Nutrição Geral); “ Não tenho condições de avaliar o Projeto Aluno Especial II, mas na minha disciplina foi um fracasso” (Paisagismo e Floricultura).

Nas dimensões da realidade a serem consideradas na prática cotidiana das aulas, na organização do conteúdo da sua disciplina, a opinião de todos os professores é praticamente a mesma. As razões apontadas foram: “O que deve ser considerado, no cotidiano, são as condições reais que os alunos do Projeto Especial II têm de acompanhamento das aulas administrativas no que se refere ao nível intelectual dos mesmos” (Parasitologia B).

“O idoso deve ser inserido nas práticas cotidianas das aulas através de sua experiência e história de vida. Penso que, no momento em que temos um idoso em alguma disciplina, devemos valorizá-lo em todo o seu potencial, como forma de encaminhar mudança de postura dele em relação a si próprio, bem como direcionando uma reflexão com os alunos mais jovens na busca por um significado para a velhice que os aguarda...” (Metodologia da Assistência de Enfermagem).

“Deve-se considerar a experiência dos alunos (mais do que dos alunos regulares de graduação), situando-os no contexto de cada disciplina. A percepção de sua integração ou de sua contribuição determinará a dimensão e o nível da aprendizagem ou do sucesso do trabalho” (Produção e Técnica de Sementes).

“Partindo do pressuposto que a realidade é um todo, que integra múltiplas dimensões... nenhum desses aspectos poderá ser excluído, quando se pretende contextualizar um ato educativo, a fim de que ele assuma um caráter transformador, mediando, inclusive, inovações, nas instituições e nas políticas sociais” (Políticas de Saúde).

“A disciplina no que fazem é uma constante. São pessoas ávidas pelo conhecimento e muitas vezes contribuindo com a experiência pessoal” (Geociências).

“Toda e qualquer pessoa pode se expressar através da arte, independente da faixa etária. O conteúdo é a vida” (Desenho).

“Nas minhas disciplinas é considerado como os outros alunos, tem a mesma orientação, a única diferença é a idade” (Ateliê da Gravura em Metal).

O importante nessa nova situação de aprendizagem é que os professores tenham sempre idéias claras sobre a natureza e importância dos diferentes tipos de experiência de aprendizagem, se quiserem ensinar de maneira diferente. “Começa-se a admitir que se amplie o princípio das equivalências até que se reconheça o valor da experiência adquirida por todos aqueles que desejam recuperar em parte, completar ou prolongar sua instrução inacabada” (FURTER, 1978, p. 91).

A constatação de que a Res. 0011/92 – UFSM não aborda que o corpo docente deverá ter algum tipo de preparação especial para “melho-

rar” a qualidade de seu desempenho em face à importância da experiência é algo que se destaca na fala desses professores, que apontaram pela primeira vez, após seis anos de PAE II, nesta pesquisa, algumas dificuldades significativas e características desses alunos e seus diferentes comportamentos em sala de aula. É a partir dessas informações úteis que se passa a examinar as dificuldades, principalmente as que se referem às deficiências de aprendizagem:

“O Aluno Especial II que tivemos geralmente é de baixa instrução e apresenta grande dificuldade na compreensão dos conteúdos, o que gera desinteresse e desistência maciça...” (Paisagismo e Floricultura).

“A prioridade deve ser para os alunos regularmente matriculados, que possuem o objetivo definido de concluir o Curso” (Geociências).

“Quando posso dou-lhes atenção no sentido de melhor explicar a matéria, posto que por não virem acompanhando o curso, estão afastados da matéria” (Direito Administrativo).

“Percebendo que, afinal, o aprender não era fundamental para muitos deles (ou não era o único objetivo), fiquei mais tranqüila em relação a sua presença. O que procuro fazer é recebê-los amistosamente e mostrar satisfação com sua presença. Deixar-lhes claro que a disciplina é dirigida para os alunos regulares e estimulando-os a aproveitarem o que for possível e não se preocuparem com conhecimentos difíceis para o seu entendimento, que não sejam importantes para eles; disponho-me a conversar com eles em finais de aulas, quando possível, para esclarecer dúvidas” (Nutrição Geral).

“As disciplinas de Saúde Pública são bastante práticas e acessíveis para a maioria das pessoas, entretanto são utilizados exemplos e artifícios especiais para a melhoria do aprendizado”.

Abordar a questão da educação de adultos e idosos, na Universidade Aberta, é fundamental. Segundo Rodrigues (1993), justifica-se uma pedagogia para os idosos (Andragogia) na ordem de duas razões: a psicológica e a sociológica. O adulto idoso é alguém que deseja

aprender, estudar, incorporar novos conhecimentos; estar atento ao mundo e com o mundo é a coisa melhor que existe para manter a capacidade intelectual, para se manter ativo.

(...) numa pedagogia para o idoso não interessa mais a formação profissional. O que interessa é que ele se torne novamente pessoa, e que ele volte a ser gente (...) cidadão competente para administrar a sua vida como velho (...) (1993, p. 48).

Diante disso, a postura “professoral” deverá ser outra. As limitações aumentam com o avanço da idade e surge uma questão importante: pode-se trabalhar, em sala de aula, sem estar atento e preparado, com idosos e adultos “que freqüentaram poucos anos de escola primária, ou que tiveram raríssimas vezes uma escola secundária e raríssimas vezes uma escola superior (...)” (RODRIGUES, 1993, p. 48).

Em face dessa problemática e sendo o PAE II uma proposta inovadora, solicitaram-se **sugestões** aos professores, para que a partir daí se discutisse a eficiência do projeto na UFSM.

Todos os respondentes aproximam-se em suas opiniões, expressando suas impressões pessoais sobre o esforço da manutenção do PROJETO ALUNO ESPECIAL II. A seguir são agrupados, em pontos semelhantes, os depoimentos dos professores.

“Penso que deva haver uma divulgação maior dos objetivos desse trabalho junto à comunidade universitária para que ela seja levada mais a sério” (Metodologia da Assistência de Enfermagem).

“Que a UFSM abra seus espaços para todos, sem muita preocupação legalista: inscrições, regularidade de horário, assiduidade, programas fechados, ensino bitulado. Universidade LIVRE!” (Desenho).

“Proponho que verifiquem a atividade, desses alunos, desenvolvida durante toda a sua vida, para aproveitá-la, com as suas experiências, em projetos de pesquisa e extensão” (Ateliê de Gravura em Metal).

“Que haja eficiência nesse projeto e que se faça sua reflexão real em cima desses objetivos, pois esses alunos precisam ter condições de inserção no contexto universitário” (Parasitologia B).

“O ideal seria um curso só para eles” (Direito Administrativo).

“Criação de cursos específicos para os idosos, que, no meu caso, seria um curso de jardinagem com muitas aulas práticas” (Paisagismo e Floricultura).

“O único ponto discutível de participação do Aluno Especial II é em relação às disciplinas essencialmente práticas e direcionadas a determinadas profissões”.

“Na minha opinião deveria haver um plano especial de trabalho para esse alunos, levando em conta a realidade dos mesmos. Os Departamentos que possuem disponibilidade de professores deveriam criar disciplinas bem gerais que viessem atender aos anseios desses alunos. Dessa forma, o aluno poderia se inscrever ou matricular-se em disciplinas de vários cursos e não de apenas um curso” (Geociências).

“Que fosse criado um mecanismo para que eles pudessem assistir às

PROJETO ALUNO ESPECIAL II: UM PROGRAMA NA UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE

aulas desde o início. É difícil, porque eles ocupam vagas restantes nas disciplinas. Mas acho que é importante fazer algo neste sentido, porque sua entrada, após algumas semanas de andamento da disciplina, dificulta um tanto o acompanhamento” (Nutrição Geral).

“Não conheço suficientemente o Projeto para afirmar sem correr o risco de erro, porém, parece-me que o Projeto é eficiente por atingir alguns e dar exemplos, mas o problema é muito amplo e exige conscientização e ação em todos os níveis” (Produção e Técnica de Sementes).

A OPINIÃO DOS COORDENADORES

A presença do idoso nas Universidades vem rompendo com um processo de ensino que privilegia adolescentes e jovens.

Pelas respostas dos coordenadores dos cursos às propostas inovadoras, apresentadas pelo PAE II, foi possível observar que:

“O projeto é importante à medida em que oportuniza o acesso a informações do interesse das pessoas participantes e lhes faculto contato com o meio acadêmico, por definição instigante e renovado” (Direito).

“É um avanço com relação às propostas de outras instituições, no sentido de proporcionar aos velhos uma verdadeira opção dentro daquilo que a Universidade oferece aos alunos regulares, isto é, uma Universidade Aberta a quem dela queira usufruir sem preconceito de idade, nível socioeconômico e escolaridade, simplesmente deixando que os mais velhos façam o uso que bem queiram para si e seus familiares” (NIEATI).

“O projeto Aluno Especial II tem um caráter profundamente social quando reintegra a chamada “terceira idade” à academia, sobretudo por recuperar a cidadania, ou busca recuperá-la, de parcela significativa da sociedade, a qual, pela lógica produtivista do modo capitalista de produção, os exclui do convívio social, discriminando-os em vários sentidos” (Curso de História).

“No interior da UFSM deve ser feito um trabalho de divulgação maior do projeto, no sentido de romper-se com certas visões paternalistas ou permeadas pela “ideologia do favor”, pois, para muitos, o acesso da chamada “terceira idade” aos bancos escolares é uma forma de nos redimir diante do processo de exclusão que essa parcela da população sofre. O mesmo que uma “Campanha do Agasalho” (Curso de História).

“Para o professor, que trabalha em disciplinas com estes alunos, fica difícil e cria-se uma condição às vezes complicada de levar os conteúdos, devido às limitações próprias das maneiras destes alunos” (Enfermagem).

“Os alunos não conseguem acompanhar atividades que envolvem

conhecimento teórico, pertinentes a algumas disciplinas”; “(...) dificuldades ainda mais graves no que se refere à leitura e escrita, dificultando e até inviabilizando o acompanhamento das atividades acadêmicas propostas”; “esses alunos vêm com a pretensão de realizar atividades práticas (...) o que é inviável dentro do nosso programa de ensino” (...); “criar um curso básico composto por módulos, direcionando à área de interesse escolhida pelos alunos, envolvendo alunos de cada curso, como monitores” (Direito).

O que se percebe desses relatos dos professores e dos coordenadores é a preocupação com a necessidade de alguma reformulação nos pré-requisitos dos alunos, para acompanharem o conteúdo da disciplina escolhida nos Departamentos de Ensino, e elaboração de programas específicos para o Aluno Especial II (AE II). Além disso, sugerem que deveria haver um espaço próprio, podendo serem programadas, para eles, atividades cujos conteúdos estejam ligados às vivências acumuladas a seus interesses. Mostraram-se, também, comprometidos e interessados em desenvolver atividades dessa natureza nos seus Centros e Departamentos Didáticos. A tentativa de uma descentralização, de forma responsável e compartilhada, tornaria possível garantir a consecução do objetivo de educação continuada para todos os alunos com idade acima de 55 anos.

A esse respeito concorda-se com Giubeli (1993, p. 93), quando afirma:

Para um trabalho educacional com o adulto, necessário se faz ter conhecimento da fundamentação da educação nessa fase específica da vida do homem, o que requer, em primeiro momento, um estado psicológico não só do fenômeno da aprendizagem como do comportamento emocional do adulto, das suas possibilidades físicas, das motivações e dos interesses próprios da idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades apontadas pelos professores e coordenadores no desenvolvimento do PAE II, na UFSM, de modo geral, estão relacionadas com a falta de maior orientação metodológica e com a falta de escolarização dos alunos, embora o PAE II seja reconhecidamente viável às pessoas de Terceira Idade que queiram voltar a freqüentar salas de aula, na UFSM.

Não há como ignorar que os docentes e coordenadores revelaram uma acentuada preocupação com a necessidade de redefinição dos objetivos do PAE-II (Avaliação):

(...) nossa sugestão é no sentido de que venhamos efetivamente a realizá-la a cada final de semestre, ou

PROJETO ALUNO ESPECIAL II: UM PROGRAMA NA UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE

ano letivo, no sentido de discutirmos sob todos os aspectos o Projeto (Coordenador NIEATI).

(...) qualquer medida, cujo propósito seja discutir ou avaliar o impacto do Projeto, não poderá se distanciar de critérios que busquem perceber se a inserção desses alunos nos diferentes cursos suscitam mudanças na proposta curricular deles ou se permanece inalterada das expectativas desse grupo (Políticas de Saúde).

Deve ser feito um debate mais amplo na UFSM com a sociedade santa-mariense e regional sobre a dimensão do projeto (Coordenador do Curso de História).

Resta-nos, pois, atentar para a complexidade da questão. O NIEATI – UFSM deve promover um amplo debate sobre as questões básicas do PAE II, especificamente sobre a avaliação, e incentivar iniciativas existentes na comunidade ou criar programas de resgate dos idosos, a fim de acompanhar bem seus resultados em nível local e regional.

Qualquer projeto, que vise a contemplar adulto e idoso, deve observar orientações teóricas e metodológicas na formação dos licenciados ou pedagogos, especialistas, mestres ou doutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAURE, Edgar. *Aprender a ser*. 2. ed. São Paulo: Difusão Editorial do Livro, 1997.

FURTER, Pierre. O planejador e a educação permanente. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 27, dez., 1998, p. 75-99.

GIUBELI, Sônia. Uma pedagogia para o idoso. *A Terceira Idade*. São Paulo, SESC, n. 7, jun., 1993, p. 10-14.

HADDAD, Sérgio. *Ensino supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: REDUC, 1987.

LAHUD, Altair Macedo. O velho na universidade: um relato de experiência no velho mundo. *Humanidades*. Brasília, n. 35, v. 10, 1994, p. 69-75.

LIBERATO, Elizabeth Moraes. Educação continuada e faculdade de terceira idade. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 12, out., 1996, p. 11-15.

MARQUES, Juracy C. *Treinamento de professores: uma abordagem auto-instrucional*. Porto Alegre: UFRGS/PADES, 1980.

IDENÉIA SILVEIRA DOS SANTOS

NETO, Antônio Jordão. A universidade aberta para a terceira idade da PUC-SP. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 14, ago., 1998, p. 39-43.

NETTO, Matheus Papaléo. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 1996.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Universidade aberta e co-educação de gerações. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 12, out., 1996, p. 5-10.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

RODRIGUES, Nara da Costa. A prática pedagógica junto aos idosos. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 7, jun., 1993, p. 45-49.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução 0011/92, 28 de julho de 1992.

VERAS, Renato P. Atenção preventiva ao idoso: uma abordagem de saúde coletiva. In: NETTO, Matheus Papaléo. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 1996, p. 383-93.